



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003479-79.2003.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve**
 Requerente: **Justica Publica**
 Réu: **Valdecir Correia de Oliveira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

VALDECIR CORREIA DE OLIVEIRA está sendo processado pela suposta infração, por duas vezes, ao artigo 129, parágrafo 1º, inciso I, do Código Penal, porque, de acordo com a denúncia, no dia 22 de setembro de 2002, por volta da meia-noite, na rua Tabatinga, n. 93, bairro Jardim Cruzado, nesta cidade de Ibaté, teria ofendido a integridade física de Leila Dirce Aparecida Borge Rodrigues da Silva e de Danilo da Silva, causando-lhes as lesões de natureza grave descritas no laudo de fls. 22 e na ficha clínica de fls. 48.

O réu foi citado por edital (fls. 90), mas não compareceu tampouco constituiu defensor, razão pela qual em 7 de agosto de 2005 determinou-se a suspensão do processo e do fluxo do prazo prescricional (fls. 95).

O réu foi citado pessoalmente em 8 de julho de 2008 (fls. 115 verso) e apresentou resposta à acusação (fls. 124/128).

Procedeu-se à oitiva de uma testemunha arrolada pela acusação (fls. 158), das duas vítimas (fls. 184/186 e 187/188) e de duas testemunhas arroladas pela defesa (fls. 204 e 230), interrogando-se o réu ao final (fls. 240/243 – mídia digital).

Encerrada a instrução, as partes manifestaram-se em alegações finais. O Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia (fls. 302/306 e 319). A Defesa, por sua vez, pugnou pela absolvição em razão de fragilidade probatória (fls. 312/314).

É o relatório.

Fundamento e decidido.

A ação penal é procedente.

Interrogado em Juízo, o réu negou a prática da infração penal que lhe é atribuída. Disse que apenas prestou socorro a seu irmão, que havia sido agredido por um grupo de pessoas. Acrescentou que se recorda de haver passado na frente da casa das vítimas e de haver acordado após três dias em um hospital (fls. 240/243 – mídia digital).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

De qualquer forma, a prova judicial é suficiente para indicar a responsabilidade criminal do acusado.

A materialidade dos delitos está demonstrada pelo laudos periciais de fls. 22 e 300, que indicam que ambas as vítimas sofreram lesões corporais.

Da análise da prova oral, verifica-se que a autoria exsurge incontestemente.

A vítima Leila Dirce Aparecida Borge Rodrigues da Silva relatou que o acusado desferiu um golpe de faca contra o abdômen do filho dela, Danilo, que passou a perder muito sangue. Em seguida, o denunciado atingiu-a com a arma branca na região da clavícula (fls. 184/186).

O ofendido Danilo da Silva confirmou que, após uma discussão, o acusado dirigiu-se à sua residência e, ali, o esfaqueou, investindo, na sequência, contra a Sra. Leila Dirce, que também foi atingida por um golpe de faca (fls. 187/188).

As declarações das vítimas foram referendadas pelo depoimento da testemunha compromissada Cristiano Aparecido Belarmino que, sob o crivo do contraditório, relatou haver presenciado os fatos, confirmando que, após um desentendimento em uma espetáculo, o réu dirigiu-se à residência das vítimas e, ali, desferiu golpes de faca contra ambas, evadindo-se em seguida (fls. 158).

As testemunhas Sebastião R. dos Santos e Claudeci Correia de Oliveira não presenciaram os acontecimentos, de modo que seus depoimentos não são aptos a infirmar as versões anteriores (fls. 204 e 230).

Impõe-se, em consequência, a condenação do réu, anotando-se que, consoante se extrai do teor dos laudos encartados aos autos, as vítimas sofreram lesões corporais de natureza grave (fls. 22 e 300).

Sucedem que as infrações da mesma natureza foram praticadas nas mesmas condições de tempo, local e modo de execução, tratando-se, pois, de hipótese de continuidade delitiva.

Passo, então, a dosar a pena.

Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 1 (um) ano de reclusão.

Não há agravantes ou atenuantes aplicáveis.

Ante o concurso de crimes na forma do artigo 71 do Código Penal, exaspero a pena em 1/6 (um sexto), perfazendo-se o total de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão.

Com fundamento no artigo 33, parágrafo 2º, alínea "c", do Código Penal, estabeleço regime aberto para cumprimento da pena.

Inviável a substituição por restritivas de direitos, uma vez que o delito foi praticado mediante emprego de violência contra a pessoa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal e condeno o réu VALDECIR CORREIA DE OLIVEIRA, filho de José Carlos Oliveira e de Odete Aparecida Correia, como incurso por duas vezes no artigo 129, parágrafo 1º, na forma do artigo 71, ambos do Código Penal, à pena de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão, em regime aberto.

Autoriza-se recurso em liberdade, pois ausentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Expeça-se certidão de honorários à Defensora nomeada, pela atuação total no feito, nos termos do convênio DPE/OAB-SP.

P.R.I.

Ibaté, 09 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**